



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17461 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Nilceia de Andrade Vieira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Valdete Coco - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Demarcada como um princípio constitucional (Brasil, 1988), a garantia de educação de qualidade encontra respaldo em outras legislações brasileiras, sendo assegurada como dever do poder público federal (Art. 6) (Brasil, 1996). Cabe assinalar que a melhoria da qualidade é objetivo de avaliação em nível nacional (Art. 9) e implica sua relação com a destinação das despesas (Art. 70) (Brasil, 1996).

Em defesa do direito de bebês e crianças à educação infantil, assumimos uma concepção de qualidade educacional referenciada socialmente que, ao ser avaliada, envolva “processos de negociação participativos e democráticos, acerca dos aspectos e das ações próprios da oferta de educação infantil de uma dada instituição. Também de uma dada rede, com um determinado sistema, baseado nestas ou naquelas decisões políticas” (Brasil, 2015, p. 29). No reconhecimento de avanços da legislação brasileira e de importantes estudos que pautam a avaliação da qualidade da educação infantil no país, neste texto, problematizamos como essa temática vem sendo abordada em pesquisas de âmbito internacional.

Articulado a uma pesquisa de doutorado defendida em 2021 e ancorado em pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin (2011) e Freire (1991), o presente estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico de artigos publicados entre 2014 e 2021, disponíveis para acesso gratuito em meio eletrônico nos bancos da *Social Sciences Citation Index (Web of Science)*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*

(Redalyc). A busca, realizada com os descritores em inglês *institutional evaluation, context assessment, early childhood education*, conforme exigências e recursos disponíveis em cada base de dados, resultou na localização de 537 estudos.

Com a aplicação de critérios de exclusão dos próprios bancos quanto a idiomas, áreas de pesquisa, acesso ao texto, tipo de documento e período de realização, selecionamos 91 artigos e, após análise de títulos, resumos e palavras-chave, mantivemos 31 textos com estudos realizados no Brasil e em outros 10 países de quatro continentes diferentes. As conclusões dos estudos, com distintas abordagens, focalizam a avaliação da qualidade na educação infantil em interlocução com as crianças (12), com o campo das políticas (9), com a formação docente (5), com o processo avaliativo de forma ampliada (4) e com as famílias (1). No propósito de analisar tendências da produção acadêmica internacional, para este trabalho, destacamos contribuições de quatro estudos que dialogam com o campo das políticas e da formação docente.

No escopo de políticas educacionais, um estudo analisa e critica o *International Early Learning and Child Well-Being Study (IELS)*, um programa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com objetivo de estender o *Programme for International Student Assessment (PISA)* às crianças da pré-escola. Com evidências de três contextos de educação infantil portugueses, os autores argumentam que essa padronização e descontextualização podem comprometer movimentos democráticos, ao produzir discursos que deslocam os objetivos, a complexidade e a subjetividade das políticas e das práticas de educação infantil (Sousa; Grey; Oxley, 2019). Em outro estudo (Grant *et al.*, 2018) que articula determinações das políticas Australianas a relatos de professores da pré-escola sobre a produção do *National Quality Framework (NQF)* – Plano de Melhoria da Qualidade, em português –, os autores afirmam que exigências de documentação de práticas de qualidade vêm imprimindo um entendimento de que a qualidade só pode ser provada se for documentada, o que pode gerar um aumento do trabalho de documentação usando medidas padronizadas de qualidade em detrimento da autonomia do professor.

Em interlocução com o campo da formação, um estudo (Sumsion *et al.*, 2015) aborda a qualidade na perspectiva do trabalho docente e destaca a necessidade de cultivar uma postura avaliativa entre todos os envolvidos na tomada de decisões sobre o desenvolvimento profissional de professores, em contraste com a realização de análises comparativas de programas de desenvolvimento profissional. Os autores argumentam que esse posicionamento oferece fortes possibilidades de mudança sistêmica, sustentável e transformadora na educação infantil. Ainda no campo da profissionalização dos profissionais da educação infantil, um artigo descreve as principais características e tendências dessas políticas na Itália (Lazzari; Picchio; Balduzzi, 2015). Identificando inconsistências entre as políticas de formação inicial e continuada, os autores alertam para os riscos de fragmentação do sistema educacional entre instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, com o risco de desvalorizar a cultura local da infância sobre a qual o sistema italiano construiu sua força.

Na compreensão de que “[...] cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272), as análises evidenciam tendências de movimentos avaliativos que apostam em processos de comunicação democráticos de avaliação da qualidade da educação infantil como possibilidade de emancipação dos participantes para transformar as condições de sua realidade (Freire, 1991). Entretanto, sinalizam também ameaças à autonomia docente, além de riscos de burocratização e de inserir essa avaliação no contexto de políticas regulatórias com testes padronizados que incidam sobre as crianças e não sobre as condições que lhes são ofertadas.

Concluimos, portanto, que, em distintos países e por diferentes vias, a avaliação da qualidade da educação infantil se insere em um quadro de disputas e tensões. No contexto atual de renovação da política nacional, nos dispomos a seguir *esperançando* com o intuito de fortalecer movimentos democráticos que apoiem esse ato avaliativo. Em especial, destacamos a construção do próximo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024) e a elaboração dos novos parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil como forças que podem mobilizar outras conquistas para a primeira etapa da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Qualidade. Avaliação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- BRASIL. *Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto*. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2015.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 1996*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. *Projeto de lei n.º 2.614, de 2024*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, 2024.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- GRANT, Sandra *et al.* The quality agenda: governance and regulation of preschool teachers' work. *Cambridge Journal of Education*, v. 48, p. 515-536, 2018.
- LAZZARI, Arianna; PICCHIO, Mariacristina; BALDUZZI, Lucia. Professionalisation policies in the ECEC field: trends and tensions in the Italian context. *Jornal Internacional de Educação Infantil. International Journal of Early Years Education*, v. 23, n. 3, p. 274-287, 2015.
- SOUSA, Diana; GREY, Sue; OXLEY, Laura. Comparative international testing of early childhood education: The democratic deficit and the case of Portugal. *Policy Futures in Education*, v. 17, n. 1, 2019.

SUMSION, Jennifer *et al.* Evaluative decision-making for high-quality professional development: cultivating an evaluative stance. *Professional Development in Education*, v. 41, n. 2, p. 419-432, 2015.